



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0. Com essa licença você pode compartilhar e/ou adaptar o material para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indique se foram feitas alterações.

## **ARTIGO**

### **O que pode um morto? Um esboço esquizoanalítico para escutar vidas não encerradas**

*Vinicius dos Santos Moreira:*

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1599-0881>

*Adriana Barin de Azevedo:*

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8975-9421>

*Aline Sanches:*

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2762-5284>

**DOI:** <https://doi.org/10.5281/zenodo.21903390>

### **Resumo:**

O trabalho investiga como os mortos, cientificamente relegados ao lugar passivo de memória psíquica, podem ser compreendidos como agentes de desejo, produção e transformação. Propõe-se uma mudança de perspectiva: a morte deixa de ser um encerramento absoluto e passa a ser entendida como um evento que transforma um regime de existência. Por meio de autores inseridos em um pensamento contracolonial, o texto defende que os mortos participam ativamente de agenciamentos que atravessam os vivos, os territórios, os afetos e as instituições. A esquizoanálise é uma ferramenta que permite pensar os mortos como máquinas desejantes e como força que atua na produção de sentidos, narrativas e modos de vida. As práticas contracoloniais surgem como formas potentes de escuta e reativação dessas presenças, rompendo com dispositivos históricos e epistemológicos de apagamento. O artigo defende que escutar os mortos é mais do que elaborar a perda: é reconhecer sua agência no presente, sua capacidade de intervir no real e de convocar os vivos à reinvenção do mundo. Pensar

com os mortos torna-se, assim, um gesto político, estético, ético e ontológico das resistências e das coabitações.

**Palavras-chave:** Contracolonial; Existência; Máquinas desejantes; Morto.

## **What can the dead do? A schizoanalytic sketch for including unfinished existences**

### **Abstract:**

This article investigates how the dead, often scientifically relegated to the passive place of psychic memory, can be understood as agents of desire, production, and transformation. It proposes a shift in perspective: death ceases to be an absolute closure and is instead understood as an event that transforms a regime of existence. Drawing on authors engaged in countercolonial thought, the text argues that the dead actively participate in assemblages that traverse the living, territories, affects, and institutions. Schizoanalysis emerges as a tool for thinking of the dead as desiring-machines and as forces operating in the production of meanings, narratives, and ways of life. Countercolonial practices appear as powerful modes of listening to and reactivating these presences, breaking with historical and epistemological devices of erasure. The article contends that listening to the dead is more than elaborating loss: it is recognizing their agency in the present, their capacity to intervene in reality, and to summon the living to reinvent the world. Thinking with the dead thus becomes a political, aesthetic, ethical, and ontological gesture of resistance and cohabitation.

**Keywords:** Countercolonial; Existence; Desiring-machines; Dead.

### **Introdução**

O que pode um morto? Essa pergunta foge das convenções científicas tradicionais quando se trata de abordar a morte e costuma ser admitida apenas em campos religiosos ou do senso comum. Pensando junto com a esquizoanálise e as práticas contracoloniais, ousamos colocar essa questão em um contexto acadêmico, sem esperar, contudo, uma simples ou única resposta, mas almejando convocar a escuta de quem a ouve: trata-se de interrogar não apenas os modos de estar morto, mas sobretudo os modos de continuar existindo. Nesse horizonte, é preciso considerar a morte não como um encerramento absoluto, mas como uma mudança de regime ontológico, um deslocamento de planos em que os mortos seguem agindo, desejando, resistindo.

A esquizoanálise, tal como foi proposta por Deleuze e Guattari em 1972, oferece uma chave potente para abordar a persistência dos mortos. Ao recusar a centralidade do Eu e da lógica representacional, a esquizoanálise propõe uma ontologia da multiplicidade e da produção. O conceito de desejo é reposicionado para deixar de ser um motor impelido pela falta e emergir como força de conexão entre corpos, imagens, sons, palavras, restos e afetos (Deleuze e Guattari, 2010). Nesse plano, os mortos deixam de ser representações psíquicas de passado e de memória, e passam a operar como máquinas desejanças, que também são capazes de compor os agenciamentos que atravessam os vivos, os espaços, os territórios e as instituições.

Pensar com os mortos, nesse contexto, não é um gesto nostálgico, mas uma postura política, estética, ética e ontológica. É reconhecer que muitos mortos - especialmente aqueles produzidos por regimes coloniais, racistas e capitalistas - foram silenciados não apenas em vida, mas também na morte. Seus corpos desapareceram, suas histórias foram apagadas e seus nomes recusados. Entretanto, esses mortos continuam a insistir por meio de práticas que os evocam, os escutam e os tornam novamente ativos.

Como dizem Azevedo e Netto (2024), essa reativação pode ser compreendida como uma tecnologia de reaparecimento, na qual a herança dos mortos retorna como força de resistência e criação de sentido. Essas tecnologias não apenas denunciam as violências do passado, mas também instauram novas formas de presença - modos de existência que se atualizam em arquivos, manifestações, performances, grafias da ausência e políticas de memória. Assim, os mortos não apenas persistem: eles reaparecem como agentes ativos de transformação coletiva.

Este texto propõe uma travessia conceitual e afetiva através dessas presenças insistentes. A partir de uma leitura esquizoanalítica e contracolonial da morte, argumenta-se que os mortos não apenas resistem ao apagamento, mas participam ativamente da criação de mundos. Suas existências póstumas, entendidas como um outro modo de existência, tal como preconizado por Étienne Souriau (2020), permitem abordar os mortos não como ausências, mas como formas ativas de presença. Embora

o autor não trate especificamente dos mortos, a abertura conceitual de sua proposta, voltada a reconhecer múltiplas formas de ser e agir, oferece uma base para compreendermos os mortos como portadores de um modo próprio de existência, que se manifesta por diferentes regimes ontológicos, não restritos ao vivo ou ao visível. Ao lado dos vivos, os mortos produzem subjetividades, desestabilizam narrativas normativas e reivindicam outras formas de justiça e memória.

Nosso percurso será guiado por perguntas, tomando o cuidado de não cair em especulações distantes, mas buscando se enraizar nas relações materiais entre vivos e mortos: o que desejam os mortos? Que efeitos produzem? Que alianças podemos construir com eles? Como escutá-los sem capturá-los em representações totalizantes? Para isso, convocamos autores, práticas e experiências que nos ajudam a habitar essa zona de borda entre vida e morte, presença e ausência, memória e criação. Ao final, não buscamos resolver o enigma da morte, mas autorizar o morto a continuar existindo.

## **Agenciamentos esquizoanalíticos**

A esquizoanálise dissolve o modelo antropocêntrico que coloca o Eu no centro da experiência e do desejo. Em vez de um sujeito uno, estável e fundante, o que temos são processos: linhas de força que se cruzam, se quebram e se compõem, montando e desmontando estruturas. Nesse campo o sujeito não é origem, mas efeito de conexões, de acoplamentos e de agenciamentos heterogêneos. Ele emerge da relação entre corpos vivos e mortos, imagens e sons, matérias orgânicas e inorgânicas, fluxos de dados, resíduos de memória, inscrições afetivas, gestos inacabados. Como afirmam Deleuze e Guattari (1995), a subjetividade não preexiste às relações, ela é produzida nelas, e por elas.

Nessa lógica, o morto segue participando dos agenciamentos que compõem a existência dos vivos. Logo seus efeitos não se encerram com o fim biológico do organismo individual: seus efeitos continuam a atravessar os territórios, os objetos e os discursos. O morto se torna parte ativa da composição do real, não como memória passiva, mas como força que ainda opera, convoca, tensiona e deseja. Na

esquizoanálise, o desejo não pertence a um sujeito, mas é o próprio movimento de composição entre elementos diversos. Desejar é agenciar.

Para Deleuze e Guattari, a existência se dá nesses encontros e composições, pois “o que existe são os agenciamentos maquínicos de desejo assim como os agenciamentos coletivos de enunciação” (1995, p. 33). Isso indica que a existência não se restringe à vida orgânica, mas contempla tudo aquilo que entra na composição de fluxos e máquinas de desejo.

O agenciamento, nesse sentido, é a própria tessitura da realidade, é a maneira como elementos heterogêneos - como corpos, pensamentos, afetos, tecnologias e paisagens - se conectam e formam composições provisórias (Deleuze e Guattari, 1995). Agenciar, portanto, é a forma de existir por meio da conexão entre esses elementos. A existência, em sua essência, é um processo de produção contínua, em que o desejo não é uma carência a ser preenchida, mas uma força que cria e sustenta a própria vida em suas mais diversas manifestações.

O conceito de agenciamento (*agencement*), tal como formulado por Deleuze e Guattari (1995), rompe com a lógica identitária e representacional que sustenta a figura do sujeito moderno. Na tradição cartesiana e iluminista, o sujeito é pensado como uma entidade autônoma, racional, interiorizada e universal, capaz de organizar o mundo a partir de si mesmo. Ele é considerado centro da experiência, origem do pensamento e fundamento da ação. Essa visão, no entanto, exclui a multiplicidade e a alteridade que atravessam a vida real, silenciando corpos, afetos, ancestralidades e modos de existência não normativos.

Em contraste, o agenciamento não parte de um sujeito pré-formado, mas de uma composição provisória entre elementos heterogêneos: “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões, numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 16). Essa formulação reforça que não há essência fixa anterior às relações, pois o ser se define pelo que faz e pelas conexões que estabelece.

Nessa perspectiva, o sujeito deixa de ser uma unidade causal para tornar-se um efeito oriundo das relações (Rolnik, 2018). Desejar, portanto, não é um ato interior de um eu individualizado, mas o próprio movimento de composição entre essas forças. O agenciamento propõe uma ontologia relacional, onde tudo - inclusive os mortos - pode entrar em conexão, produzir realidade e participar da formação de modos de existência. Assim, desejar é agenciar, por conseguinte é existir. Nesse plano, a existência deixa de ser exclusiva do corpo biológico vivo: os mortos também desejam e agenciam. Eles fazem parte das máquinas que produzem realidade.

A ideia de máquina desejante, proposta por Deleuze e Guattari (2010), permite compreender que toda produção é desejante e toda produção desejante é social. Não há separação entre inconsciente e realidade material: o desejo fabrica mundos a partir de suas conexões. Essas máquinas nunca operam isoladamente, elas se acoplam a outras máquinas, em uma rede de fluxos e cortes. É nesse campo, chamado de realidade maquínica, que os mortos convocam, fundam sentidos e reorganizam afetos.

Um álbum de fotografias, uma carta, uma roupa herdada, um gesto repetido, uma tatuagem em homenagem - todos esses elementos se engajam na produção desejante, nas quais os mortos não são apenas lembranças ou representações passivas, mas forças ativas. Como nos dizem Deleuze e Guattari (2010), o desejo não depende da mediação de nenhuma instância representativa para operar. Assim, os mortos não precisam estar presentes como corpos orgânicos para existirem enquanto forças atuantes - sua existência se afirma na medida em que produzem efeitos, mobilizam relações e participam da criação de realidade.

É nessa chave que se rompe com a visão científica da morte como encerramento ou ausência. A morte não anula o desejo, ela o reposiciona. O morto, ao participar de agenciamentos narrativos, afetivos, digitais ou espaciais, afirma uma presença que escapa à ontologia binária entre ser e não ser, vida e morte, presença e ausência. A autora Núñez (2022), embora não trate especificamente dos mortos, oferece um arcabouço conceitual para realizar uma crítica ao binarismo colonial, este que organiza a realidade a partir de oposições rígidas e hierarquizadas.

Ao deslocar o pensamento para modos de existência que não se encaixam nesses pares, abre-se espaço para compreender os mortos não como ausências, mas como realidades ativas (Núñez, 2022). Com isso, libertam-se os mortos da lógica da representação e da clausura subjetiva. Com a esquizoanálise, propomos reconhecer o morto como realidade atuante, como peça viva em máquinas que (re)organizam a vida e seus sentidos.

Nesse campo expandido, o morto não é símbolo, nem fantasma, nem uma simples representação criada pela psique do vivo. Ele é máquina desejante em operação, componente de processos que envolvem dor, política, arte, silêncio, ancestralidade e memória. Ele não retorna apenas como lembrança, mas como força viva - ainda que fora da vida em termos biológicos.

## **Os modos de existir: mortos como agenciadores**

Pensar nos mortos como agenciadores implica abandonar a ideia de que a existência se restringe à vida orgânica. A morte, nesse contexto, não é a cessação de tudo o que é, mas a passagem para outros modos de ser. Para Souriau (2020), existir não é um atributo fixo ou homogêneo, mas uma questão modal, em que cada ser possui seu próprio modo de existência, e estes se distribuem em intensidades, variações e regimes. Não há apenas o ser ou o não-ser, há seres por vir, seres inacabados, seres em devir.

Trata-se aqui de interrogar as estruturas fundamentais do ser, consideradas não como substâncias isoladas, mas como modos de relação. Em consequência, a ontologia passa a se situar em um campo relacional, o que rompe com o paradigma clássico substancialista, centrado em entes autônomos e essências fixas, em favor de uma concepção na qual o ser se dá no entre, no vínculo. Nessa perspectiva, os mortos são seres que continuam a existir, na medida em que permanecem como elementos ativos nas relações e composições com outros seres.

Karen Barad (2007), física e filósofa, é uma das vozes mais potentes na formulação de uma ontologia relacional na atualidade, especialmente por meio de seu

conceito de intra-ação (*intra-action*). Diferentemente de interação, que pressupõe entidades pré-existentes que se relacionam, a intra-ação propõe que as entidades emergem conjuntamente no ato relacional. Ou seja, as relações não ocorrem entre seres previamente definidos; em vez disso, considera-se como ser aquilo que pode emergir das relações. É por isso que se diz que as relações são ontológicas (Barad, 2007).

A partir de uma ontologia relacional, a figura do morto deixa a posição de ausência absoluta. Ele se torna ato persistente, efeito insistente, modo de existência que se atualiza por meio de rastros, testemunhos, objetos herdados, espaços habitados, silêncios eloquentes. A morte, assim, não encerra uma trajetória, mas reposiciona o morto em outro regime de realidade. Menos visível, mas não menos atuante.

Essa proposta é radicalizada por Bruno Latour (2012), que retoma Souriau e propõe uma ontologia simétrica e relacional, rompendo com as separações clássicas entre sujeito e objeto, natureza e cultura, vida e não vida. Para o autor, a realidade não é composta apenas por entidades vivas e conscientes, mas por uma multiplicidade de actantes, isto é, entidades que participam ativamente da produção de ações em uma rede. No pensamento de Latour, o termo rompe com a separação tradicional entre sujeito e objeto, reconhecendo que objetos, mortos, instituições, documentos, ruínas ou afetos também podem agir, afetar e transformar o mundo, junto com os humanos.

A simetria - termo que preserva o seu sentido técnico, seguindo uma perspectiva não hierárquica das conexões - no sentido dado por Bruno Latour (no princípio da simetria generalizada), implica tratar humanos e não-humanos de maneira analítica equivalente. Não significa que todos os actantes possuam o mesmo poder ou importância, mas que, no momento da análise, nenhum deles deve ser considerado mais relevante ou explicativo a priori. O que importa é a forma como se conectam, influenciam e sustentam uns aos outros.

A realidade, portanto, é vista como resultado dessas relações, e não como algo dado, fixo e pré-existente. Trata-se de uma ontologia que desloca o foco do que as coisas são para o que elas fazem, abrindo espaço para reconhecer a agência de seres que, tradicionalmente, foram excluídos das esferas de ação. É nesse horizonte relacional que

os mortos passam a ser compreendidos como actantes. Em suas redes de existência, os mortos interferem em decisões, produzem efeitos políticos, sustentam lutas e reorganizam narrativas. O morto não é um corpo encerrado, mas um nó ativo em redes de memória, justiça e cuidado.

É nesse campo que a esquizoanálise ressoa: ao recusar a centralidade do sujeito, ela amplia o escopo da subjetivação para incluir formas não-humanas e não-orgânicas de produção de sentido. Nesse plano, o morto atua como uma presença que transforma, participa e interfere nas formas de viver e sentir. Ele se conecta com os vivos em redes, compondo com eles um mesmo campo de experiências e relações.

Vinciane Despret (2021) formula com precisão esse deslocamento. Os mortos, segundo a autora, continuam entre nós, não como sombras simbólicas, mas como presenças ativas, dotadas de desejos, vontades, exigências e modos próprios de coexistir com os vivos<sup>1</sup>. Pensar com os mortos (Despret, 2015), exige inventar novas formas de escuta, de cuidado e de presença. Eles participam de nossos mundos não apenas como memória ou metáfora, mas como realidades ativas e relacionais.

Essa presença exige práticas específicas de escuta. Os mortos não falam em linguagem verbal, mas isso não significa que sejam mudos ou ausentes de expressão. Como propõe a autora em *“Au bonheur des morts”* (2015), os mortos possuem modos próprios de se remeter aos vivos, que escapam à linguagem articulada e se manifestam por meio de gestos, sensações, afetos e relações sutis.

Despret narra histórias de pessoas que escutam os mortos nos sonhos, nas decisões cotidianas, nas palavras que surgem “do nada”, nos conselhos que continuam a ecoar. Essas experiências, longe de se limitarem ao campo espiritual, religioso ou delirante, compõem aquilo que a autora chama de formas de continuar uma relação. A

---

<sup>1</sup> No texto original, Vinciane Despret (2021) utiliza a expressão *“les morts sont des gens comme les autres”* (os mortos são pessoas como todas as outras) para provocar uma ruptura com a visão que os reduz a símbolos, lembranças ou abstrações. A tradução literal para “gente” poderia induzir a uma leitura restrita ao humano vivo, o que não corresponde ao sentido pretendido. A autora emprega o termo de modo ampliado, para afirmar que os mortos possuem agência e modos próprios de presença nas redes relacionais, podendo ser considerados participantes ativos da vida social.

presença se reinventa a partir de práticas sensíveis e contextuais. Muitas vezes, essa ação se dá na inquietação. Os mortos se fazem ouvir nos testemunhos, nas imagens, nos lapsos e nos silêncios - lugares onde a linguagem se desfaz, mas o sentido insiste.

É justamente esse tipo de escuta, - daquilo que não tem linguagem, mas mesmo assim convoca - que a psicanalista e escritora Jô Gondar (2010) propõe como gesto clínico, político e poético, a partir de uma reflexão sobre o modo como os mortos atravessam o campo subjetivo e simbólico dos vivos. Para a autora, os mortos não cessam de nos convocar - e essa convocação não é neutra: ela transforma, desloca o sujeito, desestabiliza identidades fixas e convoca à reinvenção de si e do mundo.

A morte, então, não é aquilo que interrompe o desejo - mas o que o redireciona. Como dito anteriormente, se desejar é existir, e se o desejo não é falta, mas sim produção, então é possível afirmar que os mortos continuam desejando e existindo. Desejam justiça, escuta, cuidado, nome, lugar, resposta. Desejam continuar compondo com o mundo.

Como aponta Despret (2023), os mortos desejam ser; sua presença não é espectral ou abstrata, mas ativa: eles nos mobilizam, nos convocam, nos estimulam e nos obrigam a responder. Desejam, portanto, não apenas permanecer nas memórias, mas agir nas narrativas, nas práticas, nos rituais, nos corpos e nas lutas - como potências que (re)organizam modos de vida, afetos e políticas. O desejo dos mortos é também desejo de mundo.

Assim, os mortos não apenas se foram, mas permanecem operando no mundo por meio de seus efeitos. Eles participam das decisões, fundam instituições, sustentam resistências e reconfiguram formas de vida. Eles se tornam não apenas lembrança, mas força viva - uma força que nos interpela, nos reorganiza e nos convoca.

### **O desejo dos mortos: escuta, convocação e produção de realidade**

Pensar os mortos como máquinas desejantes é reconhecer que sua presença no mundo não depende apenas da lembrança, mas da capacidade real de agir, afetar e

produzir sentidos. O morto é uma presença que exige ser escutada, e essa escuta não é somente psicológica; ela é também política, estética, ética e ontológica, pois envolve decisões, relações de poder, formas de ver o mundo e modos de existir.

Os mortos podem nos convocar de múltiplas maneiras. Podem emergir como lembrança insistente, como rastro material ou visual, como ausência que exige resposta, ou como presença sutil que orienta gestos e decisões. Esses modos não são categorias fechadas, mas expressões de uma mesma potência: a de continuar produzindo realidade. Ao afetar os vivos, os mortos reconfiguram sentidos, deslocam narrativas e instauram novas formas de pertencimento e reconhecimento. Como nos lembra Gondar (2010), os mortos não cessam de nos convocar - seja como trauma que retorna, como imagem persistente, como vazio que interpela ou como presença intangível que nos atravessa.

Essa convocação, no entanto, não se restringe ao campo íntimo e pessoal. Ela opera também nos territórios sociais, culturais e institucionais, reconfigurando as próprias relações coletivas. A morte, nesse sentido, não é apenas uma experiência individual, mas um evento social que modifica os modos de pertencimento e de reconhecimento.

Butler (2015) nos mostra que nem todas as vidas são passíveis de luto. A maneira como uma sociedade escolhe quem pode ou não ser enlutado revela as hierarquias de humanidade que a sustentam. Os mortos que não são chorados - os anônimos, os desaparecidos, os assassinados sem nome, os desfigurados pela guerra ou pela violência política - denunciam, com sua ausência de luto, a presença de um dispositivo de exclusão. O luto, aqui, não aparece simplesmente como um processo emocional, mas como um ato político de reconhecimento, que determina a dignidade de uma vida e o valor de sua perda.

Nesse sentido, o luto torna-se um campo de luta e resistência não apenas porque expressa dor, saudade ou necessidade de restabelecer um equilíbrio psíquico, mas porque implica a possibilidade de restituir a existência daqueles que foram sistematicamente apagados. Como propõem Azevedo e Netto (2024), as chamadas

tecnologias de reaparecimento não se limitam a resgatar a memória dos mortos, mas produzem transformações concretas nos modos de viver e de narrar o presente. Tais tecnologias - que podem assumir a forma de arquivos insurgentes, práticas artísticas, ações jurídicas, performances públicas ou gestos cotidianos - não apenas reinscrevem os mortos nos discursos, mas reconfiguram os laços sociais que os mantêm vivos. Elas operam como dispositivos de escuta coletiva, que abrem espaço para a retomada de vínculos interrompidos, para a reconstrução de pertencimentos e para a emergência de novas subjetividades políticas.

Mais do que formas de lembrar, essas práticas funcionam como máquinas desejantes, que interrompem a lógica do apagamento institucional e instauram outras formas de convivência com os ausentes. Como sugerem os autores, é a própria categoria de presença que se transforma. Não se trata de buscar o corpo perdido, mas de reconhecer as formas pelas quais esse corpo insiste, exige, convoca. Assim, o morto já não aparece como figura do passado, mas como ator do presente, convocando os vivos a escutar, a responder, a reinventar o mundo com ele (Azevedo & Netto, 2024).

Lapoujade (2015) aprofunda essa discussão ao mostrar que alguns mortos - especialmente aqueles que foram vítimas de violências estruturais, como guerras, ditaduras ou colonizações - não desaparecem por completo. Eles continuam presentes porque sua morte não foi apenas uma perda individual, mas um acontecimento coletivo, que deixou feridas abertas e reorganizou sentidos. Para o autor, o assassinato não é só a interrupção de uma vida, mas um gesto que pode redefinir os rumos de uma sociedade, criando marcos, divisões e novos modos de pensar o que é justo, verdadeiro ou possível.

No contexto brasileiro, a violência colonial não apenas explorou corpos vivos, mas também rompeu deliberadamente as linhas de filiação, apagando nomes, territórios e pertencimentos, de modo que muitos descendentes hoje não podem rastrear seus ancestrais para além de poucas gerações. Trata-se de uma política de interrupção da memória que buscou impedir que esses mortos continuassem existindo como linhagem, história e presença.

Mas ainda assim, esses ancestrais reaparecem por meio de diferentes práticas afro-diaspóricas como: nos terreiros, nas tradições orais, na música, na literatura, nas artes, nos sambas-enredos e nas produções intelectuais negras, onde suas vozes são continuamente evocadas, narradas e reimaginadas. Desta forma, os mortos não operam apenas como lembrança do passado, mas como forças que reorganizam identidades, produzem pertencimento e sustentam lutas contemporâneas contra o racismo estrutural. A insistência dessas presenças mostra que, mesmo quando as genealogias são quebradas, os mortos continuam a agir como agentes que travessam os vivos e participam da produção de novos modos de existir coletivamente.

A morte, nesse caso, não funda mitos heroicos, mas se impõe como uma força bruta que precisa ser escutada, narrada e elaborada. Esses mortos, sobretudo os silenciados, os esquecidos, continuam a agir não porque são lembrados com honra, mas porque sua ausência ainda incomoda e fundamenta campos problemáticos. Eles permanecem como uma presença inquieta, como algo que ainda não terminou de acontecer, que mobiliza os vivos a lidar com o que foi deixado em suspenso.

A esquizoanálise nos permite deslocar ainda mais essa reflexão ao romper com o paradigma da interioridade subjetiva, passando a compreender a subjetividade como um campo de produção atravessado por dispositivos de poder - econômicos, midiáticos, coloniais - que moldam afetos, desejos e modos de vida. Em vez de buscar "curar" o sujeito restaurando uma essência interior perdida, a esquizoanálise cartografa as forças que o constituem, abrindo a possibilidade de outros modos de existir, mais livres da captura normativa (Deleuze e Guattari, 2010). Algo que visa transformar não apenas um indivíduo, mas o espaço coletivo.

Assim, ao romper com a noção de subjetividade como interioridade, a esquizoanálise abre espaço para pensar o sujeito como relacional, processual e político. Ela não busca aprofundar o eu, mas explorar os fluxos que o atravessam, inclusive aqueles que vêm do passado, dos mortos, dos esquecidos e das margens. Nesse sentido, a relação com os mortos não se limita a um processo de elaboração de luto, em que se faz necessário um desinvestimento libidinal para a reorganização do Eu, como sugere a

psicanálise. Despret (2023) propõe que a relação com o morto pode ser produtiva e criadora de novos mundos, afetos e subjetividades. O morto, ao nos convocar, nos obriga a reinventar nossas formas de vida.

Essa convocação, como propõe Gondar (2010), é uma experiência de abertura e escuta. O morto age como ato criador, abrindo espaço para inscrições que ainda não foram ditas, para narrativas que foram interrompidas, para gestos que não puderam se concluir. Escutá-lo é mais do que lembrar - é dar lugar a um acontecimento que ainda insiste em existir. É, em suas palavras, uma reinvenção simbólica, corporal, institucional.

A convocação do morto se realiza também por meio de práticas estéticas: testemunhos, performances, arte, literatura, rituais e intervenções públicas que mantêm sua presença em circulação. Ao fazer isso, essas práticas não apenas recordam, elas produzem realidade. Elas inserem o morto nos circuitos da vida, da política, da linguagem, como operador de sentidos, como agente de transformação.

Despret (2015, 2021) reforça essa perspectiva ao afirmar que os mortos coabitam com os vivos, mas não da forma como pensamos. Eles não são lembranças estáticas, nem fantasmas interiores moldados pela memória individual. Tampouco são projeções simbólicas ou sintomas psíquicos a serem elaborados. São, como sugere a autora em outro contexto, “parceiros estranhos” (DESPRET, 2016, p. 14), categoria que ela desenvolve a partir da relação com os animais, mas que pode ser frutífera também para pensar os mortos.

Esses parceiros estranhos são aqueles que compartilham o mundo conosco, mas sob regimes de existência que escapam à nossa gramática previsível. Eles nos interpelam, nos afetam, nos desviam e exigem outras práticas de escuta, de coabitação e de conhecimento (Despret, 2016). Assim como os animais, os mortos não podem ser completamente compreendidos ou domesticados pelas categorias da ciência ou da psicologia. Eles se tornam legíveis não pela via da tradução, mas pela via da relação. Os mortos, tidos como parceiros estranhos, dependem da escuta dos vivos para continuar agindo. Sua existência se sustenta nos gestos que os convocam, nas histórias que os incluem, nos pactos que permanecem, mesmo após a ruptura com a vida biológica.

Coabitar com os mortos é abrir-se para uma convivência em que os modos de ser e de agir são múltiplos, móveis, capazes de reorganizar a própria definição de presença. O desejo do morto, portanto, não é um eco longínquo. Ele atua no presente, desestabiliza o vivido e exige respostas. Desejam nomes, reconhecimento, justiça, reparação. Essa agência póstuma intervém nas formas de pertencimento social.

A escuta dos mortos, então, não é um processo de elaboração da perda, como propõe a lógica psicanalítica do luto, mas uma prática que implica a reconfiguração das formas de vida e das paisagens de sentido dos vivos. Escutá-los não é interpretá-los à luz de uma gramática prévia, mas abrir-se ao que desorganiza, ao que escapa, ao que insiste. Eles nos obrigam a rever nossas práticas, nossos discursos e, sobretudo, nossos silêncios. Somos convocados a assumir o risco de sermos afetados, modificados e deslocados.

A escuta proposta não se restringe à passividade do ato terapêutico, mas sim à relação que altera os modos de existir e de pensar, pois nos coloca em contato com aquilo que excede o sujeito, a linguagem e o tempo. Pensar os mortos como produtores de realidade, e não como resíduos simbólicos, é também afirmar que o desejo não cessa com a morte. Ao contrário, ele se redistribui, se reativa. Ele pulsa em objetos herdados, em espaços habitados, em corpos marcados.

### **Práticas contracoloniais e o direito de existir dos mortos**

Pensar os mortos como agenciadores não é apenas um exercício conceitual, mas uma urgência política. Em contextos marcados pela colonialidade, pelo racismo estrutural e pelo epistemicídio, a morte torna-se tecnologia de poder transcendendo a ideia de um evento biológico. O colonialismo não se limita a dominar corpos vivos, ele também tenta apagar os mortos. Seus nomes, seus ritos, suas memórias, seus modos de existência. Como nos lembra Butler (2015) e Mbembe (2018), trata-se de um regime necropolítico que define quais vidas merecem ser vividas e, por consequência, quais mortes merecem ser reconhecidas.

Nesse cenário, os mortos racializados, indígenas, desaparecidos políticos, corpos trans, corpos pobres, são sistematicamente excluídos das formas públicas e institucionais de reconhecimento. Segundo Butler (2015), o que está em disputa é a própria possibilidade de uma vida ser reconhecida como digna de memória, de nome, de narrativa. Rolnik (2018) amplia essa crítica - seguindo ao lado de Mbembe - ao mostrar que a captura colonial não se dá apenas sobre os corpos vivos, mas, como dito anteriormente, sobre suas linhagens, seus arquivos sensíveis, suas ancestralidades.

A morte, nesse contexto, é frequentemente acompanhada de um projeto de apagamento: não basta matar, é preciso impedir que aquele que morreu continue existindo como força viva, como memória, como presença. Onde não há nomeação, há silêncio. Onde não há escuta, há esquecimento. E onde há esquecimento ativo, há também violência operando - na linguagem, nas instituições, nas práticas que decidem quem pode continuar a existir e quem será eliminado da memória coletiva.

A esquizoanálise oferece uma via de resistência a essa lógica, ao nos convidar a pensar o desejo como força coletiva que pode se articular em torno dos mortos que foram apagados, não para representá-los, mas para agenciar com eles novos modos de existência. É nesse ponto que se inscrevem as práticas contracoloniais: rituais, performances, atos de escuta, políticas de reparação, manifestações artísticas e políticas que se recusam a deixar os mortos desaparecerem. Essas práticas funcionam como linhas de fuga, o que no sentido esquizoanalítico quer dizer: elas rasgam o tecido normativo da história oficial, recusam o silêncio e produzem memória insurgente.

Como escreve Núñez (2022), os efeitos do binarismo colonial - humano/não-humano, razão/emoção - atravessam a psicologia, a política e a subjetividade. A autora propõe uma Psicologia anticolonial justamente porque entende que o colonialismo não se limita ao controle dos corpos, mas também institui formas hegemônicas de existência. A cisão entre vivos e mortos também é uma dessas formas. Superá-la implica reconfigurar os próprios fundamentos da subjetividade, abrindo espaço para formas ancestrais, coletivas e relacionais de estar no mundo.

Essa reconfiguração ecoa o pensamento de Krenak (2020), que nos lembra que a vida não deve ser apenas útil ou reduzida a produtividade, visibilidade, normatividade. Para o autor, os mortos não se vão, eles continuam na floresta, na água, no vento, na palavra. A existência se prolonga por outros meios, nos modos de vida indígenas, não é separação, mas continuidade, ritual, escuta e pertencimento.

As práticas contracoloniais, nesse sentido, não são apenas formas de lembrar os mortos, mas são formas de resgatá-los da condição de exclusão ontológica a que foram relegados. Quando manifestantes marcham com fotos de desaparecidos, quando uma artista encena os gestos interrompidos de um ancestral, quando uma escola de samba canta para seus ancestrais - ali se atualiza um modo de existência. Ali os mortos desejam junto conosco.

Essas práticas são também produção de subjetividade. Como aponta Gondar (2008), a memória social não é arquivo passivo, mas campo de criação simbólica. Reativar os mortos é reexistir coletivamente com eles. E essa (re)existência é, por definição, contracolonial, ela desafia os sistemas que tentaram silenciá-los, e inventa linguagens para o que não teve direito a nome.

A esquizoanálise, enquanto prática teórica e política, se alia a essas forças. Ela não oferece cura, reparação ou conforto, ela oferece escuta, criação e coabitação. Como afirmam Deleuze e Guattari (2010), trata-se de liberar os fluxos do desejo das estruturas que os aprisionam, produzindo novas formas de existência. Rolnik (2018) complementa que a esquizoanálise não busca restaurar uma identidade ferida, mas criar condições para que outras formas de vida possam emergir, por meio da escuta dos afetos e da abertura ao devir.

Tudo isso nos permite desejar com os mortos, e não pelos mortos. Permite que o desejo coletivo se componha com os desaparecidos, os enterrados sem nome, os negados pela história. Nos permite dizer: eles continuam aqui. E continuam agindo, transformando, convocando. Recusar a morte como fim absoluto também é afirmar outras formas de justiça. É instituir o direito de ter direitos mesmo depois da morte. É abrir o campo do desejo às forças que nos atravessam de forma transversal, entre

mundos, entre tempos, entre corpos. É fazer do morto um aliado, não como lembrança, mas como força e com seu modo próprio de existência.

### **Considerações finais**

O que pode um morto? A pergunta retorna, mas agora transfigurada por tudo que foi agenciado ao longo do percurso. Ela não busca uma resposta definitiva, pois o morto, tal como aqui se apresentou, não é um objeto a ser explicado, mas um operador de sentido, um produtor de mundos, um ser em modo de existência. Ele não encerra, mas reabre; não silencia, mas convoca; não representa, mas age.

Pensar com os mortos, como propõe Despret (2021), é aceitar que o mundo é habitado por presenças múltiplas, e que o real não se limita ao visível, ao mensurável, ao biologicamente vivo. Os mortos desejam, e ao desejar, continuam existindo. Eles se fazem ouvir nas fissuras da linguagem, nos objetos, nas cicatrizes da história, nos gritos abafados de quem ainda os busca, nos corpos que resistem em seus nomes.

A esquizoanálise nos permitiu romper com a lógica da falta. Ao pensarmos o desejo como produção - maquínico, coletivo, transversal - entendemos que a morte não o anula, apenas o desloca. O morto entra nas máquinas da vida como força, força de reconfiguração, de memória, de ruptura, de fundação. Não é um resto. É um agente. E como máquina desejante, ele compõe com os vivos novos agenciamentos, novas possibilidades de existência.

As práticas contracoloniais, por sua vez, revelam a urgência ética e política de recusar o apagamento. Em contextos de destruição histórica, genocídio e epistemicídio, os mortos se tornam centros de gravidade da luta por justiça. Marcham com os vivos. Dançam nos terreiros. Sussurram nos arquivos. Desestabilizam os pactos fundadores de uma sociedade que insiste em classificá-los como restos. Eles não querem ser superados. Eles querem ser reconhecidos, escutados, (re)compostos.

Nesse texto, tomamos os mortos como modos de existência, como máquinas desejantes e aliados políticos. Eles insistem em existir nas dobras da história, nas linhas

de fuga da subjetividade, nas camadas afetivas do território. Produzem efeitos, provocam reinvenções, atravessam práticas. São fragmentos de mundo que recusam a clausura da morte como fim.

O que pode um morto? Pode reabrir feridas, mas também cicatrizá-las. Pode convocar à escuta. Pode fundar comunidades. Pode atravessar séculos e ainda fazer vibrar um corpo. Pode nomear um território. Pode exigir reparação. Pode, acima de tudo, nos lembrar que a existência transcende o estar vivo.

Pensar com os mortos é uma forma de resistência - ontológica, política, estética e ética. É abrir espaço para aquilo que insiste em existir, mesmo quando tentam apagá-lo. É fazer do desejo um território partilhado, onde vivos e mortos coexistem, não como opostos, mas como forças entrelaçadas que criam, perturbam e transformam.

Que este texto seja também uma escuta. Um gesto de coabitação.

Parafraseando o título do livro de Vinciane Despret (2023); um brinde aos mortos! Porque eles continuam aqui.

## **Referências**

- AZEVEDO, Adriana Barin de; NETTO, Davi Antonio de Castro. Tecnologias de reaparecimento: a herança revolucionária dos mortos e desaparecidos políticos. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luís, v.10, n. 2, jul/dez.2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2447-6498.v10n2.2024.27>.
- BARAD, Karen. **Meeting the universe halfway: quantum physics and the entanglement of matter and meaning**. Duke University Press, 2007.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DESPRET, Vinciane. **Au bonheur des morts: récits de ceux qui restent**. Paris: La Découverte, 2015.

\_\_\_\_\_. O que diriam os animais se... Tradução de Cícero de Oliveira. Conferência proferida dentro das Grandes Conferências de Liège, Bélgica, em 17 jan. 2013. **Cadernos de Leitura**, n. 45. 2016. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-45-o-que-diriam-os-animais-se/>. Acesso em: 10 jun 2025.

\_\_\_\_\_. Les morts sont des gens comme les autres. **Multitudes**, Paris, n. 77, 2021.

\_\_\_\_\_. **Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam**. São Paulo: n-1, 2023.

GONDAR, Jo. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 9-20, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100005>.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da ausência: arte, psicanálise e criação depois da perda**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAPOUJADE, David. Fundar a violência: uma mitologia? **Artepensamento**, 2015. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/fundar-a-violencia-uma-mitologia/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NÚÑEZ, Geni. Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na**

**luta antirracista: diálogos com a psicologia preta, indígena e decolonial.**

Brasília: CFP, 2022. v. 1, p. 49-55.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

SOURIAU, Étienne. **Os diferentes modos de existência.** Tradução de André Martins. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Vinicius dos Santos Moreira é graduando em Psicologia pela UEM.

E-mail: [ra109432@uem.br](mailto:ra109432@uem.br)

Adriana Barin de Azevedo é professora do Departamento de Psicologia da UEM, com Doutorado em Psicologia Clínica (PUCSP). Coordena o Laboratório de Sensibilidades: filosofia da diferença e psicanálise.

E-mail: [abazevedo@uem.br](mailto:abazevedo@uem.br)

Aline Sanches é professora do Departamento de Psicologia da UEM. Possui doutorado em Filosofia (UFSCar) e Pós-Doutorado em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Autora do livro Deleuze e o Instinto de Morte: debates com a Psicanálise.

E-mail: [asanches@uem.br](mailto:asanches@uem.br)